

TERMO DE REFERÊNCIA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE/POLO
SERIDÓ (UASG 158366)
PREGÃO Nº 05/2022
(Processo Administrativo N.º 23139.002109.2021-54)

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é o registro de preços para eventual aquisição de ÁGUA MINERAL 20 LITROS, GARRAFAO e GÁS DE COZINHA para atender à demanda dos diversos campi do IFRN, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UND	QUANT. MÍN.	QUANTMÁX.	VALOR UNT. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	Água mineral com fornecimento de garrações 20 (vinte) litros (em regime de Comodato). Oriunda de fonte hipotermal, não gasosa, de primeira qualidade, que apresente laudo de análise do órgão competente. Embalagem retornável, em resina virgem ou outro material, desde que atenda as especificações da agência nacional de vigilância sanitária – ANVISA, desinfetados, lacrados e rotulados na origem, intactos, sem evidências de violação, remendos ou manchas, tampa com lacre de segurança e protetor na parte superior. Os garrações devem trazer no fundo a data limite de 03 (três) anos de sua vida útil.	445485	UND	4.352	9.040	R\$ 8,80	R\$ 79.552,00
2	Água mineral com fornecimento de garrações 20 (vinte) litros (regime de troca). Oriunda de fonte hipotermal, não gasosa, de primeira qualidade, que apresente laudo de análise do órgão competente. Embalagem retornável, em resina virgem ou outro material, desde que atenda as especificações da agência nacional de vigilância sanitária – ANVISA, desinfetados, lacrados e rotulados na origem, intactos, sem evidências de violação, remendos ou manchas, tampa com lacre de segurança e protetor na parte superior. Os garrações devem trazer no fundo a data limite de 03 (três) anos de sua vida útil.	445485	UND	7.521	16.744	R\$ 7,27	R\$ 121.728,88

3	Garrafão plástico para água mineral com capacidade de 20 litros. Garrafão plástico transparente; fabricado em polipropileno puro (pp); acondicionamento exclusivo de água mineral; com capacidade de 20 litros. Em conformidade com os regulamentos da ANVISA e as normas técnicas da ABNT, de acordo com a portaria DNPM nº 387/2008, alterada pelas portarias DNPM nº 358/2009 e nº 128/201;	402921	UND	290	695	R\$ 19,67	R\$ 13.670,65
4	Botijão gás liquefeito de petróleo - GLP, material chapa aço, novos (vazios) capacidade de 13 KG, aplicação fogão residencial, normas técnicas ABNT. 8.460	461517	UND	48	176	R\$ 135,83	R\$ 23.906,08
5	Botijão gás liquefeito de petróleo - GLP, material chapa aço, novos (vazios) capacidade de 45 KG, aplicação fogão industrial, normas técnicas ABNT. 8.460	461515	UND	29	123	R\$ 384,67	R\$ 47.314,41

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UND	QUANT. MIN	QUANT. MÁX	VALOR MÉDIO	VALOR TOTAL
6	Gás refino de petróleo, tipo: Gás Liquefeito de Petróleo – GLP. Acondicionado em botijões, com lacre de segurança sobre a válvula com a marca da empresa engarrafadora e rótulo informativo do produto, e características de acordo com as normas da ANP. À base de troca do recipiente.	461652	Kg	6.809	21.155	R\$ 8,35	R\$ 176.644,25
7	Idem ao Item 01 – Cota reservada para ME/EPP em 20%.	445485	UND	1.088	2.260	R\$ 8,80	R\$ 19.888,00
8	Idem ao Item 02 – Cota reservada para ME/EPP em 20%.	445485	UND	1.880	4.186	R\$ 7,27	R\$ 30.432,22
9	Idem ao Item 06 – Cota reservada para ME/EPP em 25%.	461652	KG	2.270	7.052	R\$ 8,35	R\$ 58.884,20
VALOR TOTAL DA LICITAÇÃO						R\$ 572.020,69	

1.1.1. Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e órgão(s) e entidade(s) participante(s).

Órgão Gerenciador: CAMPUS CURRAIS NOVOS

<i>Item</i>	<i>DESCRIÇÃO/ ESPECIF.</i>	<i>UNIDADE DE MEDIDA</i>	<i>REQUISIÇÃO MÍNIMA</i>	<i>REQUISIÇÃO Máxima</i>	<i>Quantidade total</i>
01	Água mineral com fornecimento de garrações 20 (vinte) litros (em regime de Comodato).	UND	80	240	240
02	Água mineral com fornecimento de garrações 20 (vinte) litros (regime de troca).	UND	800	2.400	2.400
03	Garrafão plástico para água mineral com capacidade de 20 litros.	UND	30	90	90
04	Botijão gás liquefeito de petróleo - GLP, material chapa aço, novos (vazios) capacidade de 13 KG, aplicação fogão residencial, normas técnicas ABNT. 8.460	UND	10	20	20
05	Botijão gás liquefeito de petróleo - GLP, material chapa aço, novos (vazios) capacidade de 45 KG, aplicação fogão industrial, normas técnicas ABNT. 8.460	UND	5	10	10
06	Gás refino de petróleo, tipo: Gás Liquefeito de Petróleo – GLP. Acondicionado em botijões, com lacre de segurança sobre a válvula com a marca da empresa engarrafadora e rótulo informativo do produto, e características de acordo com as normas da ANP. À base de troca do recipiente.	KG	1.039	3.555	3.555
07	Idem ao Item 01 – Cota reservada para ME/EPP em 20%.	UND	20	60	60
08	Idem ao Item 02 – Cota reservada para ME/EPP em 20%.	UND	200	600	600
09	Idem ao Item 06 – Cota reservada para ME/EPP em 25%.	KG	346	1.185	1.185

Órgão Participante: CAMPUS CAICÓ

<i>item</i>	<i>DESCRIÇÃO/ ESPECIF.</i>	<i>UNIDADE DE MEDIDA</i>	<i>REQUISIÇÃO MÍNIMA</i>	<i>REQUISIÇÃO Máxima</i>	<i>Quantidade total</i>
01	Água mineral com fornecimento de garrações 20 (vinte) litros (em regime de Comodato).	UND	960	1.200	1.200
02	Água mineral com fornecimento de garrações 20 (vinte) litros (regime de troca).	UND	160	240	240
03	Garrafão plástico para água mineral com capacidade de 20 litros.	UND	20	80	80
04	Botijão gás liquefeito de petróleo - GLP, material chapa aço, novos	UND	1	1	1

	(vazios) capacidade de 13 KG, aplicação fogão residencial, normas técnicas ABNT. 8.460				
06	Gás refino de petróleo, tipo: Gás Liquefeito de Petróleo – GLP. Acondicionado em botijões, com lacre de segurança sobre a válvula com a marca da empresa engarrafadora e rótulo informativo do produto, e características de acordo com as normas da ANP. À base de troca do recipiente.	KG	19	39	39
07	Idem ao Item 01 – Cota reservada para ME/EPP em 20%.	UND	240	300	300
08	Idem ao Item 02 – Cota reservada para ME/EPP em 20%.	UND	40	60	60
09	Idem ao Item 06 – Cota reservada para ME/EPP em 25%.	KG	7	13	13

Órgão Participante: CAMPUS SANTA CRUZ					
Item	DESCRIÇÃO/ ESPECIF.	UNIDADE DE MEDIDA	REQUISICÃO MÍNIMA	REQUISICÃO Máxima	Quantidade total
01	Água mineral com fornecimento de garrações 20 (vinte) litros (em regime de Comodato).	UND	40	640	640
02	Água mineral com fornecimento de garrações 20 (vinte) litros (regime de troca).	UND	40	740	740
03	Garrafão plástico para água mineral com capacidade de 20 litros.	UND	15	25	25
05	Botijão gás liquefeito de petróleo - GLP, material chapa aço, novos (vazios) capacidade de 45 KG, aplicação fogão industrial, normas técnicas ABNT. 8.460	UND	1	2	2
06	Gás refino de petróleo, tipo: Gás Liquefeito de Petróleo – GLP. Acondicionado em botijões, com lacre de segurança sobre a válvula com a marca da empresa engarrafadora e rótulo informativo do produto, e características de acordo com as normas da ANP. À base de troca do recipiente.	KG	736	1.890	1.890
07	Idem ao Item 01 – Cota reservada para ME/EPP em 20%.	UND	10	160	160
08	Idem ao Item 02 – Cota reservada para ME/EPP em 20%.	UND	10	185	185
09	Idem ao Item 06 – Cota reservada para ME/EPP em 25%.	KG	245	630	630

Órgão Participante: CAMPUS AVANÇADO PARELHAS					
Item	DESCRIÇÃO/ ESPECIF.	UNIDADE DE MEDIDA	REQUISIÇÃO MÍNIMA	REQUISIÇÃO Máxima	Quantidade total
06	Gás refino de petróleo, tipo: Gás Liquefeito de Petróleo – GLP. Acondicionado em botijões, com lacre de segurança sobre a válvula com a marca da empresa engarrafadora e rótulo informativo do produto, e características de acordo com as normas da ANP. À base de troca do recipiente.	KG	117	234	234
09	Idem ao Item 06 – Cota reservada para ME/EPP em 25%.	KG	39	78	78

Órgão Participante: CAMPUS AVANÇADO JUCURUTU					
Item	DESCRIÇÃO/ ESPECIF.	UNIDADE DE MEDIDA	REQUISIÇÃO MÍNIMA	REQUISIÇÃO Máxima	Quantidade total
01	Água mineral com fornecimento de garrações 20 (vinte) litros (em regime de Comodato).	UND	80	240	240
03	Garração plástico para água mineral com capacidade de 20 litros.	UND	20	60	60
04	Botijão gás liquefeito de petróleo - GLP, material chapa aço, novos (vazios) capacidade de 13 KG, aplicação fogão residencial, normas técnicas ABNT. 8.460	UND	2	4	4
06	Gás refino de petróleo, tipo: Gás Liquefeito de Petróleo – GLP. Acondicionado em botijões, com lacre de segurança sobre a válvula com a marca da empresa engarrafadora e rótulo informativo do produto, e características de acordo com as normas da ANP. À base de troca do recipiente.	KG	19	39	39
07	Idem ao Item 01 – Cota reservada para ME/EPP em 20%.	UND	20	60	60
09	Idem ao Item 06 – Cota reservada para ME/EPP em 25%.	KG	7	13	13

Órgão Participante: CAMPUS IPANGUAÇU					
Item	DESCRIÇÃO/ ESPECIF.	UNIDADE DE MEDIDA	REQUISIÇÃO MÍNIMA	REQUISIÇÃO Máxima	Quantidade total

01	Água mineral com fornecimento de garrações 20 (vinte) litros (em regime de Comodato).	UND	720	1.440	1.440
03	Garrafão plástico para água mineral com capacidade de 20 litros.	UND	30	50	50
06	Gás refino de petróleo, tipo: Gás Liquefeito de Petróleo – GLP. Acondicionado em botijões, com lacre de segurança sobre a válvula com a marca da empresa engarrafadora e rótulo informativo do produto, e características de acordo com as normas da ANP. À base de troca do recipiente.	KG	585	1.170	1.170
07	Idem ao Item 01 – Cota reservada para ME/EPP em 20%.	UND	180	360	360
09	Idem ao Item 06 – Cota reservada para ME/EPP em 25%.	KG	195	390	390

Órgão Participante: CAMPUS NOVA CRUZ

<i>Item</i>	<i>DESCRIÇÃO/ ESPECIF.</i>	<i>UNIDADE DE MEDIDA</i>	<i>REQUISICÃO MÍNIMA</i>	<i>REQUISICÃO Máxima</i>	<i>Quantidade total</i>
02	Água mineral com fornecimento de garrações 20 (vinte) litros (regime de troca).	UND	40	1.440	1.440
03	Garrafão plástico para água mineral com capacidade de 20 litros.	UND	5	30	30
06	Gás refino de petróleo, tipo: Gás Liquefeito de Petróleo – GLP. Acondicionado em botijões, com lacre de segurança sobre a válvula com a marca da empresa engarrafadora e rótulo informativo do produto, e características de acordo com as normas da ANP. À base de troca do recipiente.	KG	78	1.207	1.207
08	Idem ao Item 02 – Cota reservada para ME/EPP em 20%.	UND	10	360	360
09	Idem ao Item 06 – Cota reservada para ME/EPP em 25%.	KG	26	403	403

Órgão Participante: CAMPUS CEARÁ-MIRIM

<i>item</i>	<i>DESCRIÇÃO/ ESPECIF.</i>	<i>UNIDADE DE MEDIDA</i>	<i>REQUISICÃO MÍNIMA</i>	<i>REQUISICÃO Máxima</i>	<i>Quantidade total</i>
01	Água mineral com fornecimento de garrações 20 (vinte) litros (em regime de Comodato).	UND	2.400	4.000	4.000

04	Botijão gás liquefeito de petróleo - GLP, material chapa aço, novos (vazios) capacidade de 13 KG, aplicação fogão residencial, normas técnicas ABNT. 8.460	UND	4	6	6
05	Botijão gás liquefeito de petróleo - GLP, material chapa aço, novos (vazios) capacidade de 45 KG, aplicação fogão industrial, normas técnicas ABNT. 8.460	UND	1	2	2
06	Gás refino de petróleo, tipo: Gás Liquefeito de Petróleo – GLP. Acondicionado em botijões, com lacre de segurança sobre a válvula com a marca da empresa engarrafadora e rótulo informativo do produto, e características de acordo com as normas da ANP. À base de troca do recipiente.	KG	225	390	390
07	Idem ao Item 01 – Cota reservada para ME/EPP em 20%.	UND	600	1.000	1.000
09	Idem ao Item 06 – Cota reservada para ME/EPP em 25%.	KG	75	130	130

Órgão Gerenciador: CAMPUS SÃO PAULO DO POTENGI

<i>Item</i>	<i>DESCRIÇÃO/ ESPECIF.</i>	<i>UNIDADE DE MEDIDA</i>	<i>REQUISIÇÃO MÍNIMA</i>	<i>REQUISIÇÃO Máxima</i>	<i>Quantidade total</i>
01	Água mineral com fornecimento de garrações 20 (vinte) litros (em regime de Comodato).	UND	48	240	240
02	Água mineral com fornecimento de garrações 20 (vinte) litros (regime de troca).	UND	128	640	640
03	Garrafão plástico para água mineral com capacidade de 20 litros.	UND	10	50	50
04	Botijão gás liquefeito de petróleo - GLP, material chapa aço, novos (vazios) capacidade de 13 KG, aplicação fogão residencial, normas técnicas ABNT. 8.460	UND	6	32	32
05	Botijão gás liquefeito de petróleo - GLP, material chapa aço, novos (vazios) capacidade de 45 KG, aplicação fogão industrial, normas técnicas ABNT. 8.460	UND	2	12	12
06	Gás refino de petróleo, tipo: Gás Liquefeito de Petróleo – GLP. Acondicionado em botijões, com lacre de segurança sobre a válvula com a marca da empresa engarrafadora e rótulo informativo do produto, e	KG	142	717	717

	características de acordo com as normas da ANP. À base de troca do recipiente.				
07	Idem ao Item 01 – Cota reservada para ME/EPP em 20%.	UND	12	60	60
08	Idem ao Item 02 – Cota reservada para ME/EPP em 20%.	UND	32	160	160
09	Idem ao Item 06 – Cota reservada para ME/EPP em 25%.	KG	47	239	239

Órgão Participante: REITORIA

<i>Item</i>	<i>DESCRIÇÃO/ ESPECIF.</i>	<i>UNIDADE DE MEDIDA</i>	<i>REQUISIÇÃO MÍNIMA</i>	<i>REQUISIÇÃO Máxima</i>	<i>Quantidade total</i>
02	Água mineral com fornecimento de garrações 20 (vinte) litros (regime de troca).	UND	600	1.200	1.200
03	Garrafão plástico para água mineral com capacidade de 20 litros.	UND	50	100	100
08	Idem ao Item 02 – Cota reservada para ME/EPP em 20%.	UND	150	300	300

Órgão Participante: CAMPUS AVANÇADO LAJES

<i>Item</i>	<i>DESCRIÇÃO/ ESPECIF.</i>	<i>UNIDADE DE MEDIDA</i>	<i>REQUISIÇÃO MÍNIMA</i>	<i>REQUISIÇÃO Máxima</i>	<i>Quantidade total</i>
04	Botijão gás liquefeito de petróleo - GLP, material chapa aço, novos (vazios) capacidade de 13 KG, aplicação fogão residencial, normas técnicas ABNT. 8.460	UND	4	11	11
06	Gás refino de petróleo, tipo: Gás Liquefeito de Petróleo – GLP. Acondicionado em botijões, com lacre de segurança sobre a válvula com a marca da empresa engarrafadora e rótulo informativo do produto, e características de acordo com as normas da ANP. À base de troca do recipiente.	UND	234	361	361
09	Idem ao Item 06 – Cota reservada para ME/EPP em 25%.	KG	78	120	120

Órgão Gerenciador: CAMPUS MOSSORÓ

<i>Item</i>	<i>DESCRIÇÃO/ ESPECIF.</i>	<i>UNIDADE DE MEDIDA</i>	<i>REQUISIÇÃO MÍNIMA</i>	<i>REQUISIÇÃO Máxima</i>	<i>Quantidade total</i>
-------------	----------------------------	----------------------------------	------------------------------	------------------------------	-----------------------------

02	Água mineral com fornecimento de garrações 20 (vinte) litros (regime de troca).	UND	800	2.400	2.400
03	Garrafão plástico para água mineral com capacidade de 20 litros.	UND	50	130	130
04	Botijão gás liquefeito de petróleo - GLP, material chapa aço, novos (vazios) capacidade de 13 KG, aplicação fogão residencial, normas técnicas ABNT. 8.460	UND	8	24	24
05	Botijão gás liquefeito de petróleo - GLP, material chapa aço, novos (vazios) capacidade de 45 KG, aplicação fogão industrial, normas técnicas ABNT. 8.460	UND	5	15	15
06	Gás refino de petróleo, tipo: Gás Liquefeito de Petróleo – GLP. Acondicionado em botijões, com lacre de segurança sobre a válvula com a marca da empresa engarrafadora e rótulo informativo do produto, e características de acordo com as normas da ANP. À base de troca do recipiente.	KG	262	740	740
08	Idem ao Item 02 – Cota reservada para ME/EPP em 20%.	UND	200	600	600
09	Idem ao Item 06 – Cota reservada para ME/EPP em 25%.	KG	88	247	247

Órgão Participante: CAMPUS NATAL ZONA NORTE

<i>Item</i>	<i>DESCRIÇÃO/ ESPECIF.</i>	<i>UNIDADE DE MEDIDA</i>	<i>REQUISIÇÃO MÍNIMA</i>	<i>REQUISIÇÃO Máxima</i>	<i>Quantidade total</i>
06	Gás refino de petróleo, tipo: Gás Liquefeito de Petróleo – GLP. Acondicionado em botijões, com lacre de segurança sobre a válvula com a marca da empresa engarrafadora e rótulo informativo do produto, e características de acordo com as normas da ANP. À base de troca do recipiente.	UND	10	117	117
09	Idem ao Item 06 – Cota reservada para ME/EPP em 25%.	KG	3	39	39

Órgão Gerenciador: CAMPUS NATAL CENTRAL

<i>Item</i>	<i>DESCRIÇÃO/ ESPECIF.</i>	<i>UNIDADE DE MEDIDA</i>	<i>REQUISIÇÃO MÍNIMA</i>	<i>REQUISIÇÃO Máxima</i>	<i>Quantidade total</i>
02	Água mineral com fornecimento de garrações 20 (vinte) litros (regime de troca).	UND	4.865	6.324	6.324

03	Garrafão plástico para água mineral com capacidade de 20 litros.	UND	60	80	80
04	Botijão gás liquefeito de petróleo - GLP, material chapa aço, novos (vazios) capacidade de 13 KG, aplicação fogão residencial, normas técnicas ABNT. 8.460	UND	6	8	8
05	Botijão gás liquefeito de petróleo - GLP, material chapa aço, novos (vazios) capacidade de 45 KG, aplicação fogão industrial, normas técnicas ABNT. 8.460	UND	6	8	8
06	Gás refino de petróleo, tipo: Gás Liquefeito de Petróleo – GLP. Acondicionado em botijões, com lacre de segurança sobre a válvula com a marca da empresa engarrafadora e rótulo informativo do produto, e características de acordo com as normas da ANP. À base de troca do recipiente.	KG	2.632	3.071	3.071
08	Idem ao Item 02 – Cota reservada para ME/EPP em 20%.	UND	1.216	1.581	1.581
09	Idem ao Item 06 – Cota reservada para ME/EPP em 25%.	KG	878	1.024	1.024

Órgão Participante: CAMPUS APODI

<i>Item</i>	<i>DESCRIÇÃO/ ESPECIF.</i>	<i>UNIDADE DE MEDIDA</i>	<i>REQUISICÃO MÍNIMA</i>	<i>REQUISICÃO Máxima</i>	<i>Quantidade total</i>
05	Botijão gás liquefeito de petróleo - GLP, material chapa aço, novos (vazios) capacidade de 45 KG, aplicação fogão industrial, normas técnicas ABNT. 8.460	UND	2	4	4
06	Gás refino de petróleo, tipo: Gás Liquefeito de Petróleo – GLP. Acondicionado em botijões, com lacre de segurança sobre a válvula com a marca da empresa engarrafadora e rótulo informativo do produto, e características de acordo com as normas da ANP. À base de troca do recipiente.	UND	175	349	349
09	Idem ao Item 06 – Cota reservada para ME/EPP em 25%.	KG	58	117	117

Órgão Gerenciador: CAMPUS PAU DOS FERROS

<i>Item</i>	<i>DESCRIÇÃO/ ESPECIF.</i>	<i>UNIDADE DE MEDIDA</i>	<i>REQUISICÃO MÍNIMA</i>	<i>REQUISICÃO Máxima</i>	<i>Quantidade total</i>
-------------	----------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	-------------------------

01	Água mineral com fornecimento de garrações 20 (vinte) litros (em regime de Comodato).	UND	16	960	960
02	Água mineral com fornecimento de garrações 20 (vinte) litros (regime de troca).	UND	16	640	640
06	Gás refino de petróleo, tipo: Gás Liquefeito de Petróleo – GLP. Acondicionado em botijões, com lacre de segurança sobre a válvula com a marca da empresa engarrafadora e rótulo informativo do produto, e características de acordo com as normas da ANP. À base de troca do recipiente.	KG	10	2.025	2.025
07	Idem ao Item 01 – Cota reservada para ME/EPP em 20%.	UND	04	240	240
08	Idem ao Item 02 – Cota reservada para ME/EPP em 20%.	UND	04	160	160
09	Idem ao Item 06 – Cota reservada para ME/EPP em 25%.	KG	03	675	675

Órgão Gerenciador: COMANDO 7 BRIGADA DE INFANTARIA MOTORIZADA					
Item	DESCRIÇÃO/ ESPECIF.	UNIDADE DE MEDIDA	REQUISIÇÃO MÍNIMA	REQUISIÇÃO Máxima	Quantidade total
01	Água mineral com fornecimento de garrações 20 (vinte) litros (em regime de Comodato).	UND	8	80	80
02	Água mineral com fornecimento de garrações 20 (vinte) litros (regime de troca).	UND	72	720	720
04	Botijão gás liquefeito de petróleo - GLP, material chapa aço, novos (vazios) capacidade de 13 KG, aplicação fogão residencial, normas técnicas ABNT. 8.460	UND	7	70	70
05	Botijão gás liquefeito de petróleo - GLP, material chapa aço, novos (vazios) capacidade de 45 KG, aplicação fogão industrial, normas técnicas ABNT. 8.460	UND	7	70	70
06	Gás refino de petróleo, tipo: Gás Liquefeito de Petróleo – GLP. Acondicionado em botijões, com lacre de segurança sobre a válvula com a marca da empresa engarrafadora e rótulo informativo do produto, e características de acordo com as normas da ANP. À base de troca do recipiente.	KG	525	5.250	5.250

07	Idem ao Item 01 – Cota reservada para ME/EPP em 20%.	UND	02	20	20
08	Idem ao Item 02 – Cota reservada para ME/EPP em 20%.	UND	18	180	180
09	Idem ao Item 06 – Cota reservada para ME/EPP em 25%.	KG	175	1.750	1.750

1.2. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

1.3. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

1.4. Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, §4º do Decreto n. 8.538, de 2015.

1.5. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da data de homologação, prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

1.6. Por entender que a natureza do consumo dos bens objeto deste processo se enquadra nos termos dos incisos I, II e III do art. 3º do Decreto 7.892/2013, é que se sugere a adoção do Sistema de Registro de Preços para a presente solicitação.

1.6.1. A escolha pela modalidade de Sistema de Registro de Preço trará economia financeira para administração pública, através da economia processual e de tempo, pois os itens requeridos nesse processo podem estar sendo também adquiridos por outros Campi do IFRN ou até mesmo por outros Órgãos Públicos, por meio de participação a ata do registro de preços, de forma que fica assim justificada a nossa escolha pela modalidade citada acima.

1.7. Será permitida a adesão à Ata de Registro de Preços por todos os órgãos da Administração Pública que desejarem fazer uso da mesma, desde que autorizada por essa unidade gestora e aceita pelo fornecedor.

1.7.1. A justificativa para esta permissão é facilitar o processo de compras no âmbito da administração pública, tendo em vista que a adesão à ata, desde que observada a situação de preço mais vantajoso, é um processo menos moroso e oneroso do que um processo licitatório comum, pois a possibilidade de utilização da ata por outro órgão atende aos princípios de eficiência e economicidade, por reduzir a duplicidade de esforços, ensejar economia processual e proporcionar celeridade ao processo de aquisição.

1.7.2. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a máximo 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

1.7.3. As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao DOBRO do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem

1.8. A presente aquisição deverá ser objeto de divulgação de intenção de registro de preços, conforme Decreto nº 7.892/2013. A Administração optou por essa opção visando atender aos princípios da eficiência e economicidade, buscando identificar necessidades compatíveis com demais órgão ou entidade interessados que possam ser atendidas mediante único procedimento, além de possível economia de escala decorrente da definição de um quantitativo estimado maior.

1.10. O critério de julgamento, para os itens de 01 a 05, 07 e 08 será o menor preço. Para os itens 06 e 09 o critério de julgamento será o maior desconto.

1.10.1. Justifica-se a opção para o critério de julgamento do item 06 e 09 ser por maior desconto em vista a regulamentação dos preços pela tabela ANP, bem como a grande oscilação de preço do gás.

1.11. Alguns campi do IFRN não dispõem de garrações vazios, de sua propriedade, para substituição pelos cheios. De modo que, para o item 01, a Contratada deverá disponibilizar, em regime de comodato, os garrações com capacidade 20 litros em perfeito estado de conservação atendendo às normas da ABNT/INMETRO, já contendo a água mineral. Já o item 02 concede o fornecimento da água mineral com sistema a base de troca entre os garrações da contratante e da contratada.

1.12. O percentual de desconto oferecidos nas propostas dos itens 06 e 09 incidirá sobre a média simples, da coluna preço médio, para o estado do Rio Grande do Norte, extraída do seguinte endereço:

https://preco.anp.gov.br/include/Resumo_Por_Estado_Index.asp

1.12.1. O cálculo para o valor final do botijão P13 será o seguinte:

$$VUp13 = SLP \times \%De$$

Sendo que:

VUp13 – Valor unitário do botijão p13 que deverá aparecer na nota fiscal de venda;

SLP – Valor do botijão no Sistema de Levantamento de Preços (SLP) da Agência Nacional de Petróleo ANP;

%De – Percentual de desconto do lance vencedor.

Exemplo: Na compra de 13 KG de gás envasado em um botijão p13.

Para esta aquisição o cálculo será o seguinte:

SLP = R\$ 106,21 por botijão (valor apurado na semana através do relatório disponibilizado);

%De = 1,0% (percentual de desconto ofertado pelo licitante vencedor, ou seja, a administração pagará 98,5% do valor SLP).

Logo:

$$VUp13 = 106,21 \times 0,99$$

$$VUp13 = 105,1479$$

$$VUp13 = R\$ 105,15$$

OBS.: Adotar o arredondamento do valor pelas regras matemáticas para duas casas decimais, neste caso o valor final do botijão p13 ficará R\$ 105,15.

Caso o pedido seja de duas unidades ou mais o valor do arredondamento será aplicado no valor final da aquisição.

Para o gás envasado em cilindros p45, teremos:

$$VUp45 = SLP / 13 \times 45 \times \%De$$

Sendo que:

VUp45 – Valor unitário do cilindro p45 que deverá aparecer na nota fiscal de venda;

SLP – Valor do botijão no Sistema de Levantamento de Preços (SLP) da Agência Nacional de Petróleo ANP;

%De – Percentual de desconto do lance vencedor.

Exemplo: Na compra 45 KG de gás envasados em cilindros p45

Para esta aquisição o cálculo será o seguinte:

SLP = R\$ 106,21 por botijão p13 (valor apurado na semana através do relatório disponibilizado);

%De = 1,0% (percentual de desconto ofertado pelo licitante vencedor, ou seja, a administração pagará 99% do valor SLP);

$$VUp45 = (106,21 / 13) \times 45 \times 0,99$$

$$VUp45 = 8,17 \times 45 \times 0,99$$

$$VUp45 = 363,9735$$

$$VUp45 = R\$ 363,97$$

OBS.: Adotar o arredondamento do valor pelas regras matemáticas para duas casas decimais, neste caso o valor final do cilindro p45 ficará R\$ 363,97.

Caso o pedido seja de duas unidades ou mais o valor do arredondamento será aplicado no valor final da aquisição).

De modo semelhante, ao exemplo anterior, ocorrerá para a aquisição de cilindros de 20 KG de gás.

1.13. No momento do pedido, o órgão definirá à empresa vencedora se deseja o fornecimento do gás em botijões de 13, 20 ou 45 KG.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

4.1. Trata-se de aquisição de bem comum, a ser contratada mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

4.2. Lei 10.520, de 2002, Art. 1: “Parágrafo único. Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado”.

4.3. Os itens a serem adquiridos são especificados/definidos objetivamente pelo edital, definindo os padrões de desempenho e qualidade, os quais, dessa forma, consideram-se bens comuns.

5. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

5.1. Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nas especificações do objeto e/ou obrigações da contratada e/ou no edital como requisito previsto em lei especial.

6. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

6.1. O prazo de entrega dos bens é de 15 dias, contados da solicitação das unidades, em remessa *parcelada*, no seguinte endereço:

IFRN Campus Currais Novos: Rua Manoel Lopes Filho, 773, bairro Walfredo Galvão, Currais Novos/RN, CEP 59.380-000;

IFRN Campus Santa Cruz: Rua São Braz, 304, Bairro Paraíso | Santa Cruz-RN | CEP: 59.200-000;

IFRN Campus Caicó: RN 288, Bairro Nova Caicó, Caicó/RN, CEP: 59.300-000;

IFRN Campus Avançado Parelhas: Rua Dr. Mauro Duarte, S/N, bairro José Clóvis, Parelhas/RN, CEP 59.360-000;

IFRN Campus Avançado Jucurutu: Rodovia RN - 118, Km 153, s/n; Sítio Caeira, Zona de Expansão, Jucurutu – RN; CEP: 59330000.

IFRN Campus Avançado Lajes: Setor de Almoxarifado, situado na BR 304, Km 120, Centro – Lajes/RN – CEP 59535-000 – Fone (84) 4005.4116, de Segunda a Sexta-Feira, no horário das 08h às 12h e das 13h às 16h, e-mail: diad.laj@ifrn.edu.br.

IFRN Campus Apodi: RN 233, Km 02, Bairro Chapada do Apodi | Apodi-RN | CEP: 59700-000.

IFRN Campus Pau dos Ferros: BR 405, KM 154, S/N, Bairro Chico Cajá, Pau dos Ferros - RN, 59900-000.

IFRN Campus Ceará-Mirim: BR 406, S/N, Planalto, Ceará-Mirim - RN, 59570-000.

IFRN Campus Ipanguaçu: Rodovia RN 118, s/n, Povoado de Base Física, – Zona Rural –

Ipanguaçu/RN – CEP 59508-000.

IFRN Campus Mossoró: Rua Raimundo Firmino de Oliveira, 400 – Costa e Silva – Mossoró/RN – CEP 59628-330.

IFRN Campus Natal Central: Av. Senador Salgado Filho, 1559 – Tirol – Natal/RN – CEP 59.015-000.

IFRN Campus Natal Zona Norte: R. Brusque, 2926 - Potengi, Natal - RN, 59112-490.

IFRN São Paulo do Potengi: RN 120, Km 2, Bairro Novo Jurema, São Paulo do Potengi/RN, CEP: 59460-000.

IFRN Campus Nova Cruz: Av. José Rodrigues de Aquino Filho, 640, Alto de Santa Luzia, Nova Cruz/RN. CEP 59.215-000.

COMANDO 7 BRIGADA DE INFANTARIA MOTORIZADA: Avenida Hermes da Fonseca, nº1415, bairro Tirol.

6.2. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 10(dez) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

6.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.4. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

6.4.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

6.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do objeto.

6.6. A água mineral fornecida deverá, no ato da entrega, ter a data de envasamento não superior a 03 (três) meses, devendo constar no rótulo as informações especificadas conforme a legislação vigente.

6.7. A embalagem deverá vir com rótulo atualizado e aprovado pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) que identifique as características e propriedades físico-químicas do produto, composição química, classificação, fonte de origem, estabelecimento e contenha informações sobre o registro no órgão de fiscalização federal competente e demais elementos que identifiquem a qualidade do produto.

6.8. Os vasilhames plásticos deverão ser certificados por instituto técnico reconhecido, com capacidade de 20 litros, devidamente rotulados e com 3 anos de validade. Deverão conter informações sobre o número do lote, a data de industrialização e data de validade do produto, ser de material atóxico, próprio para o acondicionamento de água mineral, resistente, em excelente estado de conservação, sem ranhuras e/ou amassados.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. São obrigações da Contratante:

7.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

7.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

7.1.3 comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

7.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

7.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

7.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente **objeto**, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

8.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: *marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade*;

8.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

8.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

8.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

8.1.5. manter, durante toda a execução do **objeto**, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

8.1.6. promover a destinação final ambientalmente adequada, sempre que a legislação assim o exigir, como nos casos de pneus, pilhas e baterias, etc.

8.2. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização da execução do objeto, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

8.3. O transporte deve se dar de forma adequada, de maneira que o material chegue ao campus intactos, sem avarias.

8.4. A contratada deverá prestar todos os esclarecimentos técnico. A contratada deverá arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do fornecimento dos materiais, sem qualquer ônus para o IFRN, correndo por conta da contratada todas as despesas com embalagens, seguros, transportes, fretes e tributos trabalhistas e previdenciários, decorrentes da entrega dos produtos.

8.5. A contratada deverá repetir procedimentos às suas próprias custas para correção de falhas verificadas, principalmente na hipótese de aquisição do objeto em desacordo com as condições pactuadas. Qualquer material entregue danificado deverá ser passível de substituição sem custos adicionais à CONTRATANTE.

8.6. A contratada deverá ainda observar e cumprir a legislação ambiental pertinente ao objeto da contratação, visando a efetiva aplicação de critérios, ações ambientais e socioambientais quanto à inserção de requisitos de sustentabilidade ambiental nos editais de licitação promovidos pela Administração Pública,

e em atendimento ao artigo 5º e seus incisos da Instrução Normativa nº 1/2010 da SLTI/MPOG e de acordo com o Guia Nacional de Licitações Sustentáveis– DECOR/CGU/AGU.

8.7. Fazer as entregas em todas as unidades (órgão gerenciador e participantes).

8.8. Apresentar a Nota Fiscal a cada fornecimento, com o objetivo de conferência do quantitativo por parte do responsável pelo recebimento.

8.9. A empresa não poderá estocar nem transportar a água mineral próxima a gás liquefeito de petróleo e/ou outro produto potencialmente tóxico para evitar contaminação, como também a nenhum outro produto que repasse odores.

8.10. A comprovação da entrega dos garrafões de 20 litros deverá ser realizada por meio de nota de entrega, constando na mesma, a quantidade entregue, data, assinatura do servidor/colaborador do IFRN responsável pelo recebimento. A empresa CONTRATADA deve, juntamente com a nota fiscal para pagamento, enviar à contratante cópias das referidas notas de entrega para conferência dos quantitativos entregues.

9. DA SUBCONTRATAÇÃO

9.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

10. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

10.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições de execução do objeto; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do fornecimento.

11. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

11.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

11.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

11.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.3. O representante da Administração anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

12. DO PAGAMENTO

12.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

12.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

12.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto ~~de contrato~~.

12.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

12.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

12.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

12.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

12.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

12.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

12.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

12.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

12.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

12.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

12.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

12.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à

apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

12.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

13. DO REAJUSTE

13.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

13.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE aplicando-se o índice IPCA, e para os itens que tratam da gás liquefeito em botijão esses deverão seguir o maior desconto ofertado pela licitante vencedora, incidido sobre a tabela Média do Preço de Venda dos Preços Praticados no estado do Rio Grande do Norte da tabela ANP no período correspondente, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$$R = V (I - I^0) / I^0, \text{ onde:}$$

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

I^0 = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

13.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

13.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

13.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

13.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

13.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

13.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas: a Administração entende que os objetos pleiteados no certame não são aqueles considerados de alta complexidade, pois mostra-se comumente objeto de contratação pela Administração pública, bem como não comportar impactos financeiros de alta relevância.

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

- 15.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 15.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 15.1.3. falhar ou fraudar na execução do **objeto**;
- 15.1.4. comportar-se de modo inidôneo;
- 15.1.5. cometer fraude fiscal;

15.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

i) **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

ii) **Multa**:

- 15.2.1. multa moratória de 01% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;
- 15.2.2. multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do **empenho**, no caso de inexecução total do objeto;

iii) **Suspensão de licitar e impedimento de contratar** com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

iv) **Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União**, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

v) **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar** com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

15.3. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem “iv” também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.

15.4. As sanções previstas nos subitens “i”, “iii”, “iv” e “v” poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

15.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

15.5.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

15.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

15.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

15.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

15.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

15.7.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

15.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

15.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

15.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

15.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

15.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

15.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

16. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

16.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

16.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

16.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

16.3.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado num percentual de 10% da quantidade. Tal exigência se dará para os itens 02 e 06, por serem aqueles de maior relevância e valores considerados.

16.3.1.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a **objetos** executados com as seguintes características mínimas: fornecimento do material a ser contratado, nos mesmos moldes do definido neste certame.

16.3.1.2.

16.3. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

16.3.1. Valor Global: R\$ 572.020,69 (quinhentos e setenta e dois mil, vinte reais e sessenta e nove centavos).

16.4. O critério de julgamento da proposta é o menor preço para os itens de 01, 02, 03, 04, 05, 0,7 e 08. E o maior desconto para o item 06 e 09.

16.5. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

17. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

17.1. O custo estimado da contratação é de R\$ 572.020,69 (quinhentos e setenta e dois mil, vinte reais e sessenta e nove centavos).

18. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

18.1. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

19. DA ELABORAÇÃO E APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

19.1. O presente Termo de Referência foi elaborado pela equipe do Núcleo Seridó de compras.

19.1. Considerando que a aquisição desses materiais é de extrema importância para os campi do IFRN, assim como do Campus Currais Novos, em face a imperiosa necessidade deste IFRN oferecer água aos servidores e ao público em atendimento. Além disso, considerando que se encontram presentes os elementos essenciais para que o processo licitatório seja realizado, com apresentação de pesquisa de preços compatível com o mercado e demais documentos que atende as exigências legais. Assim, APROVO e AUTORIZO o presente Termo de Referência, uma vez que se apresenta de forma conveniente e oportuna para atendimento da solicitação de aquisição desse objeto, através de processo licitatório de registro de preço, com adjudicação por item.

Caicó, 10 de março de 2022.

Alessandro Vinicius Pereira Rolim de Araújo – Diretor Geral *em exercício*



Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
REITORIA
Rua Dr. Nilo Bezerra Ramalho, 1692, Tirol, Natal/RN - CEP 59015-300
Fone: (84) 4005-0768, (84) 4005-0750

APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO Nº [23139.002109.2021-54](#)

TERMO MODELO AGU - COMPRAS: <https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/modelos/licitacoescontratos/compras-pregao-eletronico>

OBJETO: Aquisição de água mineral e gás para os campi do IFRN.

RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

(assinado digitalmente)
Elania Hortins Dantas
Matrícula SIAPE nº 2138986
Membro Requisitante

APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

Aprovo o presente Termo de Referência, considerando as justificativas e os elementos que caracterizam o objeto, a conveniência/relevância/necessidade da contratação, a aplicabilidade dos recursos públicos empregados, bem como os resultados esperados, conforme fundamentado nos autos.

10 de março de 2022.

(assinado digitalmente)
Alessandro Vinicius Pereira Rolim de Araujo
Matrícula SIAPE nº 1830990

Diretor Geral *em exercício* - Ordenador de despesas campus Caicó

Documento assinado eletronicamente por:

- **Elania Hortins Dantas**, DIRETOR DE DIRETORIA - CD0004 - DIAD/CA, em 11/03/2022 09:32:49.
- **Alessandro Vinicius Pereira Rolim de Araujo**, DIRETOR GERAL - SUB-CHEFIA - DG/CA, em 11/03/2022 12:18:37.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 11/03/2022. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifrn.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 384048

Código de Autenticação: 99a8bf7c17



Estudo Técnico Preliminar 63/2021

1. Informações Básicas

Número do processo: 23139.002109.2021-54

2. Descrição da necessidade

A contratação pretendida se trata da aquisição de água mineral e gás para atendimento das demandas dos campi do IFRN que compõe o Núcleo Seridó, com entrega parcelada.

A aquisição de água mineral se dá em virtude da necessidade de fornecimento de água aos servidores e ao público em atendimento na instituição.

Já a aquisição do gás – GLP (Gás Liquefeito de Petróleo) a granel, conforme especificação da ANP e normas técnicas inerentes ao objeto, se faz mister em virtude da necessidade de confeccionar diariamente refeições para os alunos que permanecem na instituição durante mais de um turno, seja por necessidade de desenvolvimento de projetos, bolsas ou demais atividades acadêmicas. Alguns desses botijões de gás são utilizados nos laboratórios da instituição.

Em face da necessidade foi realizado um levantamento das demandas de cada campus, de acordo com as últimas contratações na área, para que assim pudessem ser estimadas as quantidades a serem contratadas.

Diante do exposto, essa contratação visa garantir aos campi do IFRN as condições para dar continuidade adequada da execução das atividades práticas desenvolvidas nos laboratórios, bem como as demandas de fornecimentos de alimentação, assim como o devido fornecimento de água mineral.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Diretoria de Administração - campus Caicó	Elania Hortins Dantas

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Os objetos referentes a esta aquisição deverão ser entregues pelo fornecedor, ora denominado de contratado, em perfeitas condições, conforme especificações e prazo, em cada um dos órgãos participantes da licitação. A entrega deverá ocorrer conforme o horário de funcionamento do órgão, por meio de prévio agendamento. Previamente haverá o contato com o fornecedor para definir o E-mail e telefone para contato para facilitar nas comunicações e solicitações de entrega do material.

O prazo de entrega para o gás – GLP será de 05 (cinco) dias, contados da solicitação do pedido. Já a água mineral deverá ser entregue no prazo de até 15 dias da solicitação do pedido do órgão.

Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 5 (cinco) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e análise do objeto contratado, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações solicitadas.

Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações solicitadas, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

A CONTRATADA também será responsável pelos vícios e danos decorrentes do objeto, se comprometendo a substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, o objeto com avarias ou defeitos.

A CONTRATADA deverá assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica sobre a qualidade e especificação dos materiais que serão entregues.

A contratada deverá fornecer diretamente o objeto, não podendo transferir a responsabilidade pelo objeto licitado para nenhuma outra empresa. Devendo arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do fornecimento dos materiais, sem qualquer ônus para os órgãos. Deverá ainda repetir procedimentos às suas próprias custas para correção de falhas verificadas, principalmente na hipótese de aquisição do objeto em desacordo com as condições pactuadas no termo de referência.

Os produtos deverão ser entregues e empilhados corretamente em local especificado, com mão de obra por conta do entregador, ficando de inteira responsabilidade da empresa o transporte e desembarque do produto no local indicado.

A CONTRATADA deverá ainda observar e cumprir a legislação ambiental pertinente ao objeto da contratação, visando a efetiva aplicação de critérios, ações ambientais e socioambientais quanto à inserção de requisitos de sustentabilidade ambiental nos editais de licitação promovidos pela Administração Pública, e em atendimento ao artigo 5º e seus incisos da Instrução Normativa nº 1/2010 da SLTI/MPOG e de acordo com o Guia Nacional de Licitações Sustentáveis–DECOR/CGU/AGU, quando da aquisição de bens, poderá exigir os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental:

- Produtos constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;
- Os produtos devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

A administração optará pelo sistema de registro de preços visando maior eficiência no gerenciamento do estoque devido à flexibilidade na aquisição e na disponibilidade de material a ser adquirido por meio de preços registrados, para atender demandas extraordinárias.

Evitando-se assim, a formação de estoques excessivos. A ATA SRP decorrente do certame licitatório terá vigência de 12 meses contados da homologação prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

5. Levantamento de Mercado

Análise das alternativas existentes:

No que diz respeito a solução para a contratação, uma encontrada seria a busca por atas de registro de preço para tentar adesões, no entanto, não optamos por essa solução pela experiência que já temos de aquisições anteriores, onde tivemos muitas dificuldades para encontrar atas de registro de preço e atender aos requisitos exigidos para realização destas adesões.

A segunda opção para atendimento dessa necessidade seria através da realização de processo licitatório de registro de preço, com adjudicação por item, de maneira que cada item corresponde a um objeto a ser disputado entre os licitantes interessados de forma autônoma e independente em relação aos demais.

Desse modo, tratando-se de soluções encontradas para suprir a necessidade de aquisição dos materiais informados, para melhor atender dos órgãos, optou-se pela realização de processo licitatório de registro de preço, com adjudicação por item, pois entendemos ser a opção viável diante dos materiais e quantidade dos materiais que necessitamos.

6. Descrição da solução como um todo

Diante das soluções levantadas no item anterior, para suprir a necessidade de materiais para atendimento das demandas dos campi, optou-se pela realização de um processo licitatório de registro de preço, com adjudicação por item, em função desta ser a regra, bem como pela dificuldade de encontrar atas de registro de preço para tentar adesão. A opção para maior desconto para o item de aquisição de gás se deu em virtude dos frequentes aumento de valores do referido item.

Após este estudo preliminar deve ser confeccionado o Termo de referência, de maneira a ponderar e mitigar alguns riscos implícitos no objeto pleiteado tanto na fase de planejamento quanto na fase de gestão da ata, juntamente com seus respectivos anexos facilitando a visualização por parte dos licitantes interessados das obrigações implícitas na participação do certame.

Após realizada a licitação, as contratadas deverão realizar o fornecimento dos materiais conforme o prazo de entrega a ser definido no termo de referência, seguindo criteriosamente as descrições determinadas em tal termo, além das unidades de medida de acordo com a listagem de material.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Os quantitativos requisitados foram definidos com base nas últimas contratações a serem realizadas por cada campus do Núcleo Seridó, conforme tabela abaixo:

Órgão Gerenciador: CAMPUS CURRAIS NOVOS
--

<i>Item</i>	<i>DESCRIÇÃO/ ESPECIF.</i>	<i>UNIDADE DE MEDIDA</i>	<i>Quant. Mínima</i>	<i>Quant. Máxima</i>	<i>Quantidade total</i>
01	Água mineral com fornecimento de garrações 20 (vinte) litros (em regime de Comodato).	Und	1000	300	300
02	Água mineral com fornecimento de garrações 20 (vinte) litros (regime de troca).	Und	1.000	3.000	3.000
03	Garrafão plástico para água mineral com capacidade de 20 litros.	Und	30	90	90
04	Botijão gás liquefeito de petróleo - GLP, material chapa aço, novos (vazios) capacidade de 13 kg, aplicação fogão residencial, normas técnicas ABNT. 8.460	Und	10	20	20
05	Botijão gás liquefeito de petróleo - GLP, material chapa aço, novos (vazios) capacidade de 45 kg, aplicação fogão industrial, normas técnicas ABNT. 8.460	Und	5	10	10
06	Gás refino de petróleo, tipo: Gás Liquefeito de Petróleo – GLP. Acondicionado em botijões, com lacre de segurança sobre a válvula com a marca da empresa engarrafadora e rótulo informativo do produto, e características de acordo com as normas da ANP. À base de troca do recipiente.	Kg	1.385	4.740	4.740

Órgão Participante: CAMPUS CAICÓ

<i>item</i>	<i>DESCRIÇÃO/ ESPECIF.</i>	<i>UNIDADE DE</i>	<i>Quant. Mínima</i>	<i>Quant. Máxima</i>	<i>Quantidade total</i>
-------------	----------------------------	-----------------------	--------------------------	--------------------------	-----------------------------

		MEDIDA			
01	Água mineral com fornecimento de garrações 20 (vinte) litros (em regime de Comodato).	Und	1.200	1.500	1.500
02	Água mineral com fornecimento de garrações 20 (vinte) litros (regime de troca).	Und	200	300	300
03	Garrafão plástico para água mineral com capacidade de 20 litros.	Und	20	80	80
04	Botijão gás liquefeito de petróleo - GLP, material chapa aço, novos (vazios) capacidade de 13 kg, aplicação fogão residencial, normas técnicas ABNT. 8.460	Und	1	1	1
06	Gás refino de petróleo, tipo: Gás Liquefeito de Petróleo – GLP. Acondicionado em botijões, com lacre de segurança sobre a válvula com a marca da empresa engarrafadora e rótulo informativo do produto, e características de acordo com as normas da ANP. À base de troca do recipiente.	Kg	26	52	52

Órgão Participante: CAMPUS SANTA CRUZ

Item	DESCRIÇÃO/ ESPECIF.	UNIDADE DE MEDIDA	Quant. Mínima	Quant. Máxima	Quantidade total
01	Água mineral com fornecimento de garrações 20 (vinte) litros (em regime de Comodato).	Und	50	800	800
02	Água mineral com fornecimento de garrações 20 (vinte) litros (regime de troca).	Und	50	925	925

03	Garrafão plástico para água mineral com capacidade de 20 litros.	Und	15	25	25
05	Botijão gás liquefeito de petróleo - GLP, material chapa aço, novos (vazios) capacidade de 45 kg, aplicação fogão industrial, normas técnicas ABNT. 8.460	Und	1	2	2
06	Gás refino de petróleo, tipo: Gás Liquefeito de Petróleo – GLP. Acondicionado em botijões, com lacre de segurança sobre a válvula com a marca da empresa engarrafadora e rótulo informativo do produto, e características de acordo com as normas da ANP. À base de troca do recipiente.	Kg	981	2.520	2.520

Órgão Participante: CAMPUS AVANÇADO PARELHAS

Item	DESCRIÇÃO/ ESPECIF.	UNIDADE DE MEDIDA	Quant. Mínima	Quant. Máxima	Quantidade total
06	Gás refino de petróleo, tipo: Gás Liquefeito de Petróleo – GLP. Acondicionado em botijões, com lacre de segurança sobre a válvula com a marca da empresa engarrafadora e rótulo informativo do produto, e características de acordo com as normas da ANP. À base de troca do recipiente.	Kg	156	312	312

Órgão Participante: CAMPUS AVANÇADO JUCURUTU

Item	DESCRIÇÃO/ ESPECIF.	UNIDADE DE		Quant.	Quantidade
-------------	----------------------------	-----------------------	--	---------------	-------------------

		MEDIDA	<i>Quant. Mínima</i>	<i>Máxima</i>	total
01	Água mineral com fornecimento de garraões 20 (vinte) litros (em regime de Comodato).	Und	100	300	300
03	Garrafão plástico para água mineral com capacidade de 20 litros.	Und	20	60	60
04	Botijão gás liquefeito de petróleo - GLP, material chapa aço, novos (vazios) capacidade de 13 kg, aplicação fogão residencial, normas técnicas ABNT. 8.460	Und	2	4	4
06	Gás refino de petróleo, tipo: Gás Liquefeito de Petróleo – GLP. Acondicionado em botijões, com lacre de segurança sobre a válvula com a marca da empresa engarrafadora e rótulo informativo do produto, e características de acordo com as normas da ANP. À base de troca do recipiente.	Kg	26	52	52

Os itens definidos no termo de referência fazem parte do Plano Anual de Contratações 2021, conforme documento a ser anexo ao processo.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 122.086,37

A pesquisa de preço seguiu-se conforme o que preconiza a Instrução Normativa nº 73/2020, que dispõe sobre os procedimentos administrativos básicos para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral. Foi seguido criteriosamente o que define a legislação para fornecimento dos preços estimados da contratação.

O método para avaliar os preços foi por meio da média dos preços levantados (para os itens de 01 a 05). Toda a documentação necessária para comprovações e justificativas da pesquisa de preços serão anexas ao processo (planilha e comprovações). Toda a pesquisa de preço, assim como suas devidas comprovações serão anexas ao processo.

--	--	--	--	--	--	--

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT. MÍN.	QUANT. MÁX.	VALOR UNT.	VALOR TOTAL
1	Água mineral com fornecimento de garrações 20 (vinte) litros (em regime de Comodato). Oriunda de fonte hipotermal, não gasosa, de primeira qualidade, que apresente laudo de análise do órgão competente. Embalagem retornável, em resina virgem ou outro material, desde que atenda as especificações da agência nacional de vigilância sanitária – ANVISA, desinfetados, lacrados e rotulados na origem, intactos, sem evidências de violação, remendos ou manchas, tampa com lacre de segurança e protetor na parte superior. Os garrações devem trazer no fundo a data limite de 03 (três) anos de sua vida útil.	Und	1.450	2.900	7,66	22.214,00
2	Água mineral com fornecimento de garrações 20 (vinte) litros (regime de troca). Oriunda de fonte hipotermal, não gasosa, de primeira qualidade, que apresente laudo de análise do órgão competente. Embalagem retornável, em resina virgem ou outro material, desde que atenda as especificações da agência nacional de vigilância sanitária – ANVISA, desinfetados, lacrados e rotulados na origem, intactos, sem evidências de violação, remendos ou manchas, tampa com lacre de segurança e protetor na parte superior. Os garrações devem trazer no fundo a data limite de 03 (três) anos de sua vida útil.	Und	1.250	4.225	5,56	23.491,00
3	Garração plástico para água mineral com capacidade de 20 litros. Garração plástico transparente; fabricado em polipropileno puro (pp); acondicionamento exclusivo de água mineral; com capacidade de 20 litros. Em conformidade com os regulamentos da ANVISA e as normas técnicas da ABNT, de acordo com a portaria DNPM nº 387 /2008, alterada pelas portarias DNPM nº 358/2009 e nº 128/201;	Und	85	255	17,47	4.454,85

04	Botijão gás liquefeito de petróleo - GLP, material chapa aço, novos (vazios) capacidade de 13 kg, aplicação fogão residencial, normas técnicas ABNT. 8.460	Und	12	24	135,83	3.259,92
05	Botijão gás liquefeito de petróleo - GLP, material chapa aço, novos (vazios) capacidade de 45 kg, aplicação fogão industrial, normas técnicas ABNT. 8.460	Und	6	12	381,00	4.572,00

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT. MÍN	QUANT. MÁX	VALOR MÉDIO	DESCONTO	VALOR TOTAL
06	Gás refino de petróleo, tipo: Gás Liquefeito de Petróleo – GLP. Acondicionado em botijões, com lacre de segurança sobre a válvula com a marca da empresa engarrafadora e rótulo informativo do produto, e características de acordo com as normas da ANP. À base de troca do recipiente.	Kg	2.574	7.676	8,35	1,17%	64.094,60

VALOR TOTAL: R\$ 122.086,37

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

O parcelamento da solução é a regra (conforme disposto no § 1º do art. 23 da Lei nº 8.666, de 1993), devendo a licitação ser realizada por item, sempre que o objeto for divisível, desde que verificado não haver prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala, visando a ampla participação de licitantes, que embora não disponham de capacidade para execução da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas. Assim sendo, a administração optou pela possibilidade do parcelamento da solução, tendo em vista ser viável e não representar prejuízo diante tal escolha.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não se faz necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para que o objetivo desta contratação seja atingido.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Essa contratação está totalmente alinhada ao planejamento 2021, pois todos os materiais constante no item 7 desse Estudo, foram inseridos no Plano Anual de Contratações. Dessa forma, estamos em vias de execução de uma aquisição planejada.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Espera-se com o atendimento dessa necessidade, conseguir prover a instituição com o gás necessário para confecção das refeições dos alunos, bem como fornecimento de gás para atividades de aulas práticas em alguns laboratórios da instituição. Além do fornecimento de água mineral para o público interno e externo.

Com a manutenção dessas atividades, a instituição cumprirá sua função social, prestando um serviço público laico e de qualidade para a sociedade.

13. Providências a serem Adotadas

Deve-se, anteriormente à solicitação de emissão do empenho da referida contratação, realizar providências, quanto a revisão dos quantitativos, de forma a solicitar um quantitativo em conformidade com a previsão de uso, evitando que fiquem estocados e sem previsão de uso, diminuindo desperdícios. Ademais, deve o setor de Almoxarifado e Patrimônio no momento do envio da Nota de Empenho a empresa contratada, informar que a entrega deve ser realizada por agendamento.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Deverão ser observados os critérios definidos no item 4 do presente estudo. Ademais, atenção especial deve ser dada por parte da instituição, quanto ao descarte de plásticos e embalagens desses produtos.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Considerando o apresentado nesse Estudo Técnico Preliminar, quanto as necessidades, das soluções disponíveis, das providências quanto aos possíveis impactos ambientais apontados e da estimativa de valor para aquisição desse material de consumo, é viável a realização do processo licitatório de registro de preço, com adjudicação por item.

16. Responsáveis

Considerando o levantamento da necessidade da aquisição, bem como dos levantamentos dos preços, por meio de pesquisa de preços atualizados, considera-se viável e necessária a presente solicitação.

ELANIA HORTINS DANTAS

Assistente em Administração

Como Ordenador de Despesa, aprovo o presente Estudo Técnico Preliminar, que dará base a contratação pleiteada.

ALESSANDRO VINICIUS PEREIRA ROLIM DE ARA

Professor/Diretor Geral do campus Caicó - em Exercício

Documento Digitalizado Público

Estudo Técnico Preliminar 63/2021

Assunto: Estudo Técnico Preliminar 63/2021
Assinado por: Elania Dantas
Tipo do Documento: Estudo preliminar - contratos
Situação: Finalizado
Nível de Acesso: Público
Tipo do Conferência: Cópia Simples

Documento assinado eletronicamente por:

- **Elania Hortins Dantas, DIRETOR DE DIRETORIA - CD4 - DIAD/CA**, em 10/12/2021 18:06:17.

Este documento foi armazenado no SUAP em 10/12/2021. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifrn.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 937048

Código de Autenticação: d3bbac262f





Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
REITORIA
Rua Dr. Nilo Bezerra Ramalho, 1692, Tirol, Natal/RN - CEP 59015-300
Fone: (84) 4005-0768, (84) 4005-0750

TERMO DE APROVAÇÃO DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR
ETP DIGITAL N° 63/2021

OBJETO:

Aquisição de água mineral e gás para os campi do IFRN.

EQUIPE RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

(assinado digitalmente)
Samir de Carvalho Costa
Matrícula SIAPE n° 1583768
Membro Administrativo

(assinado digitalmente)
Elania Hortins Dantas
Matrícula SIAPE n° 2138986
Membro Requisitante

(assinado digitalmente)
Joel Cardoso Mota
Matrícula SIAPE n° 3010411
Membro Administrativo

(assinado digitalmente)
Fabricio Azevedo do Nascimento
Matrícula SIAPE n° 2257705
Membro Requisitante

(assinado digitalmente)
Daulton Ruan Rufino de Souza
Matrícula SIAPE n° 2146791
Membro Requisitante

(assinado digitalmente)
Heloisa Helena dos Santos Onias Ventura
Matrícula SIAPE n° 1911066
Membro Administrativo

(assinado digitalmente)
Anderson Nicolly Fernandes da Costa
Matrícula SIAPE n° 2268184
Membro Requisitante

(assinado digitalmente)
Luana Gabrielly do Nascimento
Matrícula SIAPE nº 1820742
Membro Administrativo

APROVAÇÃO DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Aprovo o presente Estudo Técnico Preliminar, considerando que o objeto da aquisição está claro e justificado; os requisitos relevantes da aquisição foram adequadamente relacionados e analisados; a análise de mercado foi devidamente realizada e demonstrou haver boa capacidade em atender ao objetivo da aquisição; o modelo de prestação de serviços sugerido é apropriado e plenamente compatível com a Instituição, especialmente do ponto de vista legal; os riscos e impactos relevantes foram satisfatoriamente levantados e considerados no planejamento. Portanto, demonstra a viabilidade técnica e econômica da solução identificada, fornecendo as informações necessárias para subsidiar o respectivo processo de Aquisição de água mineral e gás para os campi do IFRN.

08 de dezembro de 2021.

(assinado digitalmente)
Alessandro Vinicius Pereira Rolim de Araujo
Matrícula SIAPE nº 1830990

Diretor Geral *em exercício* - Ordenador de despesas campus Caicó

Documento assinado eletronicamente por:

- Daulton Ruan Rufino de Souza, ASSISTENTE DE LABORATORIO, em 08/12/2021 17:10:48.
- Alessandro Vinicius Pereira Rolim de Araujo, DIRETOR GERAL - SUB-CHEFIA - DG/CA, em 08/12/2021 18:09:33.
- Samir de Carvalho Costa, ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO, em 08/12/2021 20:01:25.
- Fabricio Azevedo do Nascimento, DIRETOR - FG1 - DIAD/PAAS, em 08/12/2021 17:03:03.
- Elania Hortins Dantas, DIRETOR DE DIRETORIA - CD4 - DIAD/CA, em 08/12/2021 16:57:41.
- Anderson Nicolly Fernandes da Costa, ODONTOLOGO - 40 HORAS, em 08/12/2021 17:05:19.
- Heloisa Helena dos Santos Onias Ventura, FISICO, em 09/12/2021 08:43:01.
- Joel Cardoso Mota, ADMINISTRADOR, em 09/12/2021 07:48:03.
- Luana Gabrielly do Nascimento, TECNICO EM SECRETARIADO, em 09/12/2021 08:09:17.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 08/12/2021. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifrn.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 355181
Código de Autenticação: 48061e9433

